

GESTÃO DEMOCRÁTICA E INTERCÂMBIO, CAMINHOS PARA A SOCIEDADE DO CONHECIMENTO

José Roberto de Souza¹, Universidade Federal da Paraíba

e-mail: zeroberto057@gmail.com

Maria das Graças Vieira², Universidade Federal da Paraíba

e-mail: gracinhavieira@yahoo.com.br

Adriana Valéria Santos Diniz³, Universidade Federal da Paraíba

e-mail: adrianavsdiniz@hotmail.com

RESUMO

O presente estudo procura demonstrar que uma gestão democrática atrelada ao intercâmbio cultural pode ser o caminho almejado pelo Estado, pelas empresas e pela sociedade em geral que objetivam, em função da globalização, integrar a sociedade do conhecimento e

¹ Mestrando em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Especialista em Planejamento e Gestão Financeira pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) e Contador da Divisão de Cargos e Salários na UFCG.

² Possui Doutorado em Educação (UFPB-2007), Mestrado em Administração (UFPB-2003), Especialização em EaD (UNIGRAN-EaD-2010), Bacharelado em Ciências Contábeis (UFPB-2000) e Licenciatura em Pedagogia (UNIGRAN-EaD-2012). Atualmente é Professora Adjunta IV da Universidade Federal da Paraíba, Professora do quadro permanente do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior da UFPB, Professora do quadro permanente do Programa de Pós-Graduação em Gestão nas Organizações Aprendentes da UFPB. Foi Professora da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE (2009-2015). É Consultora ad doc - Avaliação de Cursos Superiores na Área de Ciências Contábeis, Administração e Pedagogia (SINAES/INEP/MEC). Prestou Consultoria para a UNESCO/MEC, na área de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos (EJA).

³ Doutora em Educação (Universidade de Valência/ Espanha, reconhecido no Brasil pela UFC, 2011), com menção de Doutorado Europeu. Graduação em Pedagogia (UFPB, 1994) e em Ciências Contábeis (UNIFE, 1990). Especialização em Pesquisa Educacional (UFPB, 1994) e em Direitos da Criança (UV / UNESCO, 2007). Atualmente é Professora Adjunta da Universidade Federal da Paraíba, desde janeiro de 2012, do Centro de Educação, da área de Gestão Educacional; professora/pesquisadora do MPROA - Mestrado Profissional em Gestão das Organizações Aprendentes e Vice-Coordenadora do Mestrado Profissional em Políticas, Gestão e Avaliação da Educação Superior. Assessora de Graduação do Centro de Educação. Foi Professora da Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN (2010-2011). No âmbito da educação básica, exerceu diversos cargos, destacamos: Secretária Adjunta de Educação e Cultura do Estado do RN (2011), Secretária Municipal de Educação e Cultura de João Pessoa (2003-2004), Presidente NE da UNDIME (2003 - 2004). Atuação em Conselhos: Conselho Estadual do FUNDEB do RN (2011), Conselho Estadual da Educação da PB (2003-2006), Conselho Municipal de Educação (1998-2002), Conselho Estadual do FUNDEF da PB (2004-2005), Conselho Municipal do FUNDEF (1999-2000). Atuação em ONG de âmbito latino-americano (SLA MIEC JECI), com sede em Quito - Equador, entre 1995 - 1997, na área de educação para a cidadania. Atuação na alfabetização de adultos, no Projeto Escola Zé Peão (UFPB e Sintricom), no período de 1991 a 1995.

buscar o desenvolvimento, não apenas no seu aspecto econômico, mas também social e ambiental. Não sendo possível inserir no contexto os caminhos percorridos pelas atuais sociedades do conhecimento, procuramos exemplificar de maneira sucinta e objetiva o caminho trilhado pela sociedade japonesa, que no final do século XIX, rompeu com um sistema feudal que há séculos isolava o país do cenário internacional, despontando então para o modernismo e como uma das maiores economias do mundo.

Palavras – Chave: Gestão Democrática. Intercâmbio Institucional. Desenvolvimento.

1 INTRODUÇÃO

Todos os países do mundo têm o seu desenvolvimento econômico, social e ambiental fortemente influenciado direta ou indiretamente pelos efeitos da globalização. Buscar o desenvolvimento não significa mais pensar apenas em atividades locais, mas planejar a nível local com uma visão do mundo globalizado. São recorrentes os exemplos de empresas de todos os segmentos da economia que são surpreendidas pela concorrência internacional e, em muitos casos entram em crise financeira, geram desemprego e fecham as portas.

Não há mais espaço no mercado para as instituições e empresas que não investem na modernização, na busca do conhecimento e na flexibilização das atividades produtivas, objetivando enfrentar a competitividade e o cumprimento da sua missão perante a sociedade.

Não há precedentes na história da humanidade de um ambiente global, como o desse início de século XXI, que impulsiona a todos na busca incessante do conhecimento e de novos mercados.

As palavras de Euclides da Cunha (1901, p. 30), muito embora construídas há mais de um século, explicam atualmente a situação de todos perante o atual mundo globalizado: “Estamos condenados à civilização. Ou progredimos, ou desaparecemos”.

Lourenço Filho (2004, p. 27) ressalta que as técnicas científicas aproximam os povos e podem trazer benefícios bilaterais, quando menciona: “Os descobrimentos alargaram o mundo; as técnicas científicas transformaram os meios de transporte e comunicação, aproximando cada vez mais os povos entre si, e permitindo compreender as vantagens de sua maior inter-relação”.

Sem democracia e sem novos conhecimentos que proporcionem a todos melhores condições de vida não há como um país, uma instituição ou uma sociedade primar pelo princípio da continuidade, não sendo raros os casos de sociedades que se revoltam contra seus governantes, que com gestões antidemocráticas tentam se perpetuar no poder, a exemplo de países do oriente médio.

A luta pela sobrevivência da humanidade passa pelo entendimento dos fenômenos da natureza e pela transformação dos recursos naturais disponíveis. O desbravamento dessas fronteiras passa necessariamente pelo ensino, pela pesquisa e pela extensão do conhecimento a todos os setores da sociedade.

Produzir conhecimento não é um processo fácil e barato. Requer planejamento e grandes investimentos, fazendo com que os países ricos despontem cada vez mais como os senhores do mundo globalizado, com patentes de novas técnicas e produtos que revolucionam os mercados e a vida de todos.

O acesso às novas tecnologias seja para os países do centro, da semiperiferia e também da periferia global passa necessariamente por uma gestão democrática e por um intercâmbio cultural nas relações internacionais, fato que tentaremos demonstrar nestas palavras, pouco representativas, diante da abrangência universal do tema.

Este trabalho é de cunho teórico e fez parte da disciplina Gestão e Intercâmbio Institucional, do Mestrado Profissional em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior - MPPGAV do Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba – UFPB.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Somos um país com dimensões continentais e segundo a Agenda Ambiental na Administração Pública (2009), com uma biodiversidade que responde por 50% do Produto Interno Bruto brasileiro.

Mais de quinhentos anos após o descobrimento e cento e noventa e três anos depois da independência do Brasil, ainda não conseguimos trilhar o caminho do conhecimento e do progresso tão almejado por todos.

Numa gestão democrática os governantes devem se suceder no poder na defesa dos interesses coletivos, mas na prática muitos procuram fazer alianças onerosas que preferem as benesses palacianas aos direitos constitucionais da sociedade.

As palavras de Neto e Castro trazem o entendimento de que a gestão democrática política e acadêmica ainda é um processo em construção no Brasil:

Nas últimas décadas, o tema da gestão democrática tem assumido relevância na agenda política e acadêmica. A sua defesa centra-se no princípio de que a melhoria dos sistemas escolares em todos os níveis requer, necessariamente, uma ampliação dos espaços de participação da sociedade na definição e implementação das políticas. A realização desse princípio exige mudanças substanciais nas organizações escolares e nas pessoas que nelas trabalham, considerando que o que tem prevalecido, historicamente, em nossas escolas, no geral, são práticas de gestão com características centralizadoras, fruto de uma cultura de autoritarismo, conformada na realidade brasileira. Essa é uma situação que vem sendo reconstruída, no país, na medida em que passos iniciais têm sido dados para a edificação de novas práticas que buscam superar as relações eivadas pelo autoritarismo, trilhando caminhos que podem representar um processo em construção da gestão democrática. O que se coloca no horizonte é a necessidade de se consolidar práticas democráticas com características duradouras, o que não será possível sem o desenvolvimento da consciência da importância da democracia em todos os níveis de atuação social (NETO, CASTRO, 2011, pp. 753-754).

Dalmolin et al. (2013) conceituam objetivamente o intercâmbio cultural e destacam a sua importância na construção da gestão democrática nos caminhos a serem trilhados pelas sociedades do conhecimento:

Um conceito simples aproxima a palavra intercâmbio de troca, permuta. Num sentido amplo, o intercâmbio pode ser entendido como forma de trocar informações, crenças, culturas, conhecimentos [...]. Os programas de intercâmbio buscam promover a consolidação, expansão e internacionalização da ciência e da inovação técnico-científica. É uma oportunidade de conhecer novas culturas, sistemas políticos e organizações sociais, aprender, aprimorar e/ou conhecer as variantes linguísticas de um novo idioma. Entre as inúmeras metas destes programas destaca-se a necessidade de investir na formação de pessoal altamente

qualificado nas competências e habilidades necessárias para o avanço da sociedade do conhecimento [...] (DALMOLIN et al. 2013, p. 443).

Para Hargreaves (2012, p. 353), as sociedades do conhecimento podem ser identificadas com aquelas que “abordam a maneira pela qual as informações e as ideias são criadas, utilizadas, circuladas e adaptadas com velocidade cada vez maior em comunidades baseadas no conhecimento – isto é, redes de indivíduos que se esforçam em produzir e circular novos conhecimentos”.

Somos uma democracia e temos diversos programas de intercâmbio cultural, a exemplo do Ciência sem Fronteiras, mas os resultados esperados pela sociedade não são palpáveis. É como se os programas estivessem apenas patrocinando viagens de estudantes para conhecerem outros países, não importando a prestação de contas perante a sociedade brasileira, nada condizente com uma gestão democrática e transparente.

É louvável a atitude do ex-estudante Guilherme Rosso, noticiada no site do Ciência sem Fronteiras, cujo conteúdo aqui transcrevemos, como um exemplo de que todos devem fazer a sua parte na busca de uma nova concepção educacional, com resultados concretos e para que todos possam enxergar os investimentos educacionais, não apenas como uma despesa, mas como um investimento no capital humano:

Ao voltar dos Estados Unidos após um ano de intercâmbio, Guilherme Rosso, ex-estudante de bacharelado em Ciências e Tecnologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e um dos primeiros bolsistas do Ciência sem Fronteiras, sentiu necessidade de uma maior interação entre os egressos do programa. Assim, juntamente com outros três ex-bolsistas, iniciou, em fevereiro de 2014, a Rede CsF, um ambiente de integração para conectar e engajar participantes do Ciência sem Fronteiras e *stakeholders* para desenvolver ciência, tecnologia, inovação e educação como retorno ao investimento (CIÊNCIA SEM FRONTEIRAS, 2015).

Todos devemos priorizar os caminhos que queremos seguir, desde a educação básica. O sonho de ser útil à sociedade e ao país deve ser estimulado por políticas públicas bem definidas e direcionadas, objetivando reafirmar perante todos que a educação é a porta que abre todas as outras portas. Mas às vezes temos a impressão de que vivemos numa eterna política do pão e circo, amplamente posta em prática nos tempos do império romano, com o objetivo de desviar as atenções da sociedade dos verdadeiros problemas a serem administrados de maneira eficiente pelo Estado em prol de todos.

Lourenço Filho (2004, p. 19) destaca que apesar de a educação ser o caminho do conhecimento e do desenvolvimento humano, não fornece soluções que se possam aplicar

de maneira genérica a qualquer país e a qualquer tempo. Portanto, complementa o autor: “Cada sociedade nacional carecerá de descobrir os seus próprios poderes de cultura, as condições que os tenham feito surgir e os mantenham, os modos e formas dentro dos quais mais racionalmente se possam desenvolver”.

O *Le Monde Diplomatique*, jornal francês de periodicidade mensal, citado pelos autores Frigotto e Ciavatta, traz questionamentos sobre o futuro das sociedades que não se indagam a respeito das verdadeiras prioridades que devem ser levadas em consideração na busca do desenvolvimento e se deixam levar por futilidades que as submete a um mundo de ilusões:

“Algo muito profundo está ocorrendo quando a sociedade não se indaga *Quais os caminhos para vencer o subdesenvolvimento e a desigualdade? Mas Como atrair capitais; quando a preocupação principal dos trabalhadores deixa de ser Como ampliar direitos? e se torna Como encontrar emprego? Quando reluzem em bancas de revista títulos tipo Com quem Madonna está saindo? Ou Que dieta pode salvar seu casamento?, e não mais Onde vai parar a revolução sexual?*” (sic) (*Le Monde Diplomatique*, 2000, p. 1 *apud* FRIGOTTO E CIAVATA, 2003, p. 48).

Nas palavras de Hargreaves (2012), a busca do bem-estar social está diretamente relacionado com a capacidade dos trabalhadores de aprender continuamente ao longo da vida profissional, fato que os capacita para a superação das dificuldades:

Nas sociedades do conhecimento, riqueza, prosperidade e desenvolvimento econômico dependem da capacidade das pessoas de superar seus competidores em termos de inventividade e competência, de ajustar-se aos desejos e às exigências do mercado consumidor, e de mudar de emprego ou desenvolver novas habilidades à medida que o exijam as flutuações e reviravoltas econômicas (HARGREAVES, 2012, p. 354).

Ainda segundo Hargreaves (2012), é de responsabilidade das organizações da sociedade do conhecimento oferecer as condições necessárias para que as pessoas se tornem mais úteis, mais produtivas, mais humanas e inseridas no processo de convivência social:

As organizações da sociedade do conhecimento desenvolvem essas capacidades oferecendo a seus membros amplas oportunidades de aperfeiçoamento e requalificação ao longo da vida; eliminando barreiras à aprendizagem e à comunicação e fazendo com que as pessoas trabalhem em equipes superpostas, heterogêneas e flexíveis; considerando erros e problemas como oportunidades de aprender, mais do que como ocasiões para censurar; envolvendo todos no quadro geral das metas para as quais a organização se dirige, e desenvolvendo o capital

social de redes e relacionamentos que proporcionam às pessoas mais apoio e mais aprendizagem (HARGREAVES, 2012, p. 354).

Quando se refere à sociedade do Japão, Lourenço Filho (2004) destaca que o país é formado por centenas de ilhas com uma área total de 368 mil km², um pouco maior que o Estado do Maranhão, e que até o final do século XIX foi governado por um regime feudal, auxiliado pelos samurais, responsável pelo isolamento do Império do resto do mundo, por um período superior a dois séculos. Ele acrescenta que a influência dos Estados Unidos foi determinante para tirar o Japão do isolamento internacional e complementa:

Em 1853, ancorava em Iocoama uma esquadra norte-americana, o que concorreu para que o Japão restabelecesse o comércio com os países do Oriente. Inaugura-se uma era de prosperidade. O imperador Meiji destruiu o regime feudal e transferiu a capital, que estava em Quioto, para Iedo, rebatizada com o nome de Tóquio. O desenvolvimento do comércio e de novas formas de produção fez do velho império uma grande potência moderna. Foi assim que o Japão venceu a Rússia na guerra de 1904-1905, participou da 1ª Guerra Mundial ao lado das nações ocidentais, e a estas enfrentou na 2ª Grande Guerra, tendo de render-se, porém, às tropas dos Estados Unidos, em agosto de 1945 (LOURENÇO FILHO, 2004, p. 139).

A administração do Imperador Meiji compreendeu o período de 1868 a 1912, onde foram construídas as bases para uma economia capitalista com políticas públicas voltadas para uma gestão democrática e para o intercâmbio cultural, quando se constata que foram contratados técnicos estrangeiros e estudantes fizeram intercâmbio para diversos países da Europa e América, proporcionando ao país uma acelerada industrialização. Landes (2003) destaca o patriotismo dos estudantes japoneses que sempre voltaram do intercâmbio internacional e também o caráter autodidata e proativo por novos conhecimentos:

A descrição tradicional da bem-sucedida e rápida industrialização do Japão ressoa de vibrantes elogios, algo mitigados pela aversão ao sombrio e intenso acompanhamento nacionalista – o impulso implacável que incutiu significado e urgência ao processo de desenvolvimento. Esse foi o primeiro país não-ocidental a industrializar-se e continua sendo até hoje um exemplo para outros emergentes tardios. Outros países mandaram seus jovens ao estrangeiro para aprender os novos métodos e perderam-nos por lá; os expatriados japoneses voltaram todos a seu país. Outros países importaram técnicos estrangeiros para ensinar à sua própria gente; os japoneses, em sua grande maioria, ensinaram e aprenderam por conta própria. Outros países importaram equipamento estrangeiro e fizeram dele o melhor uso possível; os japoneses modificam-no, melhoraram-no, fabricaram-no eles mesmos (LANDES, 2003, p. 427).

A determinação dos japoneses em aprender e produzir ainda é destacada por Landes (2003), ao salientar que os portugueses chegaram ao Japão em 1543 e pela primeira vez os

nipônicos tiveram contato com as armas de fogo, que causaram o maior impacto, entre tantos outros artefatos trazidos pelos europeus. Em poucos anos os japoneses aprenderam a fabricar as suas próprias armas, além de aperfeiçoar os modelos originais e, no final do século XVI já eram os maiores fabricantes de mosquetes da época, superando as nações europeias. Os japoneses concluíram que para ter uma economia moderna teriam que investir em novas técnicas e em obras estruturantes. Foi com esse objetivo que o governo providenciou então a contratação de técnicos estrangeiros, enviou estudantes para intercâmbio em países europeus e americanos, bem como promoveu ações de incentivo ao empreendedorismo. Desde cedo, por intermédio da educação básica, o Estado já começa a despertar no cidadão japonês o respeito pelo Imperador e a lealdade ao país com o estudo da ética, da virtude e da moralidade.

A determinação e o patriotismo dos japoneses levaram o seu país a despontar como a primeira nação do continente asiático a industrializar-se. É interessante perceber que entre o final do século XIX e início do século XX, o Japão já investia em gestão democrática e intercâmbio cultural, caminhos para a sociedade do conhecimento ainda não trilhados por diversos países do mundo.

O sistema educacional do Japão foi promulgado em 1872 e podemos constatar a prioridade dada ao ensino básico pelo número de escolas primárias, conforme mostram Aso e Amano na observação de Murasse:

[...] um plano ambicioso elaborado para instalar 53.760 escolas primárias em todo o país para dar uma moderna educação elementar compulsória para todas as crianças entre seis a quatorze anos e a criação de 256 escolas secundárias e oito universidades em amplas bases, todas com o propósito de abrir a oportunidade de educação para todo o povo japonês e, por meio disso, selecionar e formar homens de talento (ASO; AMANO, 1983, p. 1 *apud* MURASSE, 1993, p. 8).

A nossa observação é que os japoneses na década de 70 do século XIX, com a promulgação do sistema educacional, valorizaram o capital humano do país fazendo da educação a coluna de sustentação do desenvolvimento da nação, fato que muitos países do mundo somente passaram a enxergar a partir da década de 70 do século XX, quando o americano Theodore Schultz sintetizou a “Teoria do Capital Humano”, que segundo Frigotto (1995, p. 41), fortalece e dissemina “A ideia-chave de que a um acréscimo marginal de instrução, treinamento e educação, corresponde um acréscimo marginal de capacidade de produção, tanto no plano geral do desenvolvimento das nações, quanto no plano da mobilidade individual”.

O conhecimento difundido pela educação é tido como a base para a construção de uma identidade nacional em prol da modernização da sociedade japonesa como podemos verificar nas observações de Landes (2003, p. 421): “A escolaridade geral difundiu o conhecimento [...]. Mas também instilou disciplina, obediência, pontualidade [...]. Foi essa a chave para o desenvolvimento de uma identidade nacional nós/eles que transcendia as lealdades provincianas e as fronteiras do status”.

Com a universalização do ensino básico o governo japonês conseguiu fazer com que a sociedade superasse no aspecto sociocultural e econômico, ainda no século XIX, sociedades avançadas da época a exemplo da Inglaterra, e também planejou o destaque social de cada cidadão pela educação recebida do Estado e não pelos bens materiais, conforme verificamos na expressão de Reischauer citado por Murasse:

Dentro de uma ou duas gerações, este sistema altamente racional transformou a sociedade japonesa de uma na qual o prestígio e a função eram amplamente determinados pelo nascimento em outra na qual ambos eram quase totalmente determinados pela educação. Deste modo, o Japão, ainda uma sociedade essencialmente feudal na metade do século XIX, tornou-se muito mais igualitária do que a Inglaterra do início do século XX. O resultado menos feliz desse controle da educação pelo governo central foi seu uso para a doutrinação. Educação nos níveis inferiores tornou-se, de modo crescente, o expediente para ensinar o povo o que pensar mais que como pensar (REISCHAUER, 1987, p. 126-127 *apud* MURASSE, 1993, p. 8).

Segundo Lourenço Filho (2004), o Ministério da Educação e Saúde do Brasil foi criado na década de 1930, sendo que em 1871, o Japão já havia criado o Ministério de Instrução Pública. Savelle (1990) enfatiza a importância do Ministério responsável pela formação de homens comprometidos com a construção de uma nação moderna, respeito pelo imperador e fidelidade para com o Estado, quando acrescenta:

Difícilmente poderá ser exagerada a importância do sistema de educação para o Japão moderno. Ele deu ao governo um meio de atingir cada criança e instalar nela valores de lealdade para com o Estado e de gratidão para com o imperador. A lealdade e o respeito filial, alvos gêmeos confucianos dos compêndios oficiais de “moral” tornaram-se assim pedras fundamentais do aspecto mental e moral dos japoneses. A instrução e o desenvolvimento técnico encorajados pelo sistema educacional tornaram possível acelerar a modernização do Japão. Não fossem, porém, os valores inculcados através do sistema educativo, e essa modernização sem dúvida teria sido mais destruidora das instituições familiares e sociais do que chegou a ser (SAVELLE, 1990, p. 499).

Podemos afirmar que o Japão é um país oriental com características ocidentais, visto que o intercâmbio cultural com países ocidentais foi largamente utilizado e

determinante na construção das bases que alavancaram o seu desenvolvimento estruturante e sustentável. Landes (2003) enfatiza que o exército japonês foi estruturado tendo como modelos os exércitos da França e da Alemanha. Para desenvolver a indústria, japoneses foram aprender no exterior e também foram contratados técnicos estrangeiros, tendo o governo priorizado estrategicamente a indústria de base, como bem descreve Ruth Benedict:

Ao invés de começar com a produção de bens de consumo e indústria leve, primeiro incumbiu-se ele das indústrias-chave pesadas. Arsenais, estaleiros, usinas siderúrgicas, construção de ferrovias tiveram prioridade e rapidamente alcançaram um elevado estágio de eficiência técnica. Nem todos foram entregues a mãos particulares, permanecendo grandes indústrias militares presas à burocracia e financiadas por contas especiais do governo (BENEDICT, 2007, p. 83).

No início do século XX, segundo Sasaki (2006), o Japão foi reconhecido internacionalmente como uma grande potência, depois de vencer uma guerra contra a China em 1895 e contra a Rússia em 1905, ambas por disputas territoriais.

Um fato importante que merece destaque é a disposição dos japoneses na busca e na recepção de novos conhecimentos, sem contudo, deixar de lado seus valores culturais e ideológicos, fato evidenciado por Abreu (2008):

Através das observações a respeito da "indiferença" e do pragmatismo com o qual o japonês médio encara as questões religiosas e/ou existenciais, Oliveira Lima caracterizou o embasamento ideológico japonês, seletivamente permeável às influências estrangeiras. O autor assinalou o extraordinário pragmatismo, característico da cultura japonesa, o que permite que seja capaz de adaptar-se à introdução de qualquer instrumental ideológico ou à aquisição de qualquer tipo de capital simbólico, sem sacrificar e/ou desfigurar a sua própria estrutura cultural e ideológica, o que proporciona ao povo japonês uma grande capacidade de aprendizado e de absorção de novas ideias práticas [...], não importa quais fossem as circunstâncias sociopolíticas (ABREU, 2008, p. 111).

Nesse contexto, sabemos que apesar das mudanças inovadoras efetuadas pelo Estado japonês, muitos emigraram para o Brasil. Entendemos que novos paradigmas geram descontentamentos, mas de acordo com Sasaki (2006), a imigração japonesa decorreu de excedentes populacionais e por outro lado, no final do século XIX o Brasil havia abolido a escravidão e necessitava de mão de obra:

A imigração de japoneses para o Brasil iniciou-se oficialmente em 1908, num período em que o Japão precisava escoar o excedente populacional e resolver seus problemas internos decorrentes da reforma política da Era Meiji de 1868 a

1912, marcando o início da Era Moderna no Japão, e quando o Brasil demandava por mão de obra imigrante (SASAKI, 2006, p. 100).

A sociedade atual é resultado de diversas transformações ocorridas nos últimos anos. A forma como o homem se relaciona, a maneira de compartilhar e de trocar informações, sobretudo em relação aos seus valores e crenças, vem se modificando ao longo do tempo. Esse processo não pode ser estático, pois a sociedade, o próprio homem e seus valores estão em permanente processo de mudança, adaptação e transformação.

Tem-se presenciado uma série de mudanças na sociedade da informação e comunicação, fato este refletido na educação pela repercussão da influência das novas tecnologias na formação do sujeito contemporâneo que vem contribuindo na criação de estratégias inovadoras de ensino e aprendizagem, bem como na capacitação dos educadores.

Nesse sentido, Lévy (2010, p. 17), aponta que:

Vivemos hoje em uma destas épocas limítrofes na qual toda a antiga ordem das representações e dos saberes oscila para dar lugar a imaginários, modos de conhecimento e estilos de regulação social ainda pouco estabilizado. Vivemos um destes raros momentos em que, a partir de uma nova configuração técnica, quer dizer, de uma nova relação com o cosmos, um novo estilo de humanidade é inventado.

A sinergia que deve ser implementada com as tecnologias na vida das pessoas e consequentemente na educação, envolve a atuação conjunta professor/aluno para a formação do sujeito participante, ativo e construtor da sua própria história que a sociedade moderna almeja.

Depois da segunda guerra mundial, apesar da derrota e da destruição considerável da sua infraestrutura, o Japão mais uma vez prioriza a educação para a reconstrução nacional, quando segundo Lourenço Filho (2004), por meio da Constituição promulgada em 1947 estabelece a instrução geral obrigatória, bem como recebe influência cultural dos americanos e dos japoneses que aprenderam no exterior antes da guerra, fazendo com que em 1952, um novo sistema educacional fosse implantado com êxito em todo o país.

Na década de 1970, de acordo com Antunes (1999), diante da crise do capitalismo, decorrente entre outros fatores, do esgotamento do método de produção em massa do taylorismo/fordismo, o Japão apresenta para o mundo o sistema de produção flexível, também conhecido como toyotismo, provocando uma nova revolução industrial desta vez

com a informatização das linhas de produção, proporcionando ao sistema econômico mundial flexibilizar a acumulação do capital.

Atualmente, o Japão se destaca como um dos maiores exportadores mundiais de alta tecnologia, bem como na área de produção científica e número de pesquisadores como podemos constatar na tabela 1, onde relacionamos os países em ordem decrescente como exportadores de alta tecnologia e com as classificações correspondentes quanto à produção científica e ao quantitativo de pesquisadores:

Tabela 1 – Indicadores de desenvolvimento mundial: Ciência e tecnologia

País	Exportador de alta tecnologia (2013) (em US\$ milhões)		Artigos de revistas científicas e técnicas (2011)		Pesquisadores (por milhão de pessoas) 2005-2012	
	Ranking	Valor	Ranking	Valor	Ranking	Valor
China	1°	560.058	2°	89.894	44°	1.020
Alemanha	2°	193.088	4°	46.259	16°	4.139
Estados Unidos	3°	147.833	1°	208.601	19°	3.979
Cingapura	4°	135.602	27°	4.543	5°	6.438
Coreia do Sul	5°	130.460	9°	25.593	7°	5.928
França	6°	113.000	6°	31.686	20°	3.918
Japão	7°	105.076	3°	47.106	10°	5.158
Holanda	8°	69.040	13°	15.508	23°	3.506
Malásia	9°	60.372	37°	2.092	37°	1.643
Suíça	10°	53.350	16°	10.019	24°	3.285
Brasil	30°	8.392	15°	13.148	52°	710

Fonte: Banco Mundial, 2015.

Os indicadores de desenvolvimento da tabela 1 foram divulgados pelo Banco Mundial numa relação com 214 países, onde o Japão ocupa o sétimo lugar como exportador de alta tecnologia, a terceira colocação na produção de artigos científicos e técnicos, e o décimo lugar no número de pesquisadores por milhão de habitantes. O Brasil está na trigésima posição na exportação de tecnologia, é o décimo quinto em produção científica e o quinquagésimo segundo em pesquisadores.

Quando nos referimos aos indicadores econômicos, o Japão se destaca como a terceira maior economia do mundo e o Brasil aparece na sétima colocação, conforme dados especificados na tabela 2:

Tabela 2 – Maiores economias do mundo

País	Produto Interno Bruto (PIB) em trilhões de dólares (US\$) 2014	
Estados Unidos	1º	17,41
China	2º	10,36
Japão	3º	4,60
Alemanha	4º	3,85
Reino Unido	5º	2,94
França	6º	2,82
Brasil	7º	2,34
Itália	8º	2,14
Índia	9º	2,06
Rússia	10º	1,86

Fonte: Banco Mundial, 2015.

Indicadores do Banco Mundial ainda demonstram que no período de 2005-12, o Japão aplicou 3,39% do PIB em pesquisa e desenvolvimento e o Brasil 1,21%. Em 2013, o Japão investiu 3,8% do PIB em educação, tendo o Brasil investido 6,3%, considerando o ano de 2012. Com base no ano de 2014, o PIB *per capita* do Japão foi de US\$ 36,194.4, tendo o do Brasil alcançado a cifra de US\$ 11,384.6. Números relativos a 2013 comprovam que o japonês tem a maior expectativa de vida do mundo ao nascer, sendo 80 anos para os homens e 87 para as mulheres. No Brasil a expectativa de vida é de 70 anos para os homens e 78 para as mulheres.

A expectativa de vida, o acesso à educação e a renda *per capita* são parâmetros utilizados pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), no cálculo do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que varia na escala de 0 a 1, sendo que quanto mais perto da unidade, melhores serão as condições socioeconômicas daquele país.

Na relação com o Índice de Desenvolvimento Humano de 187 países, divulgada pelo PNUD, referente ao ano de 2013, o Japão ocupa a décima sétima colocação e o Brasil a septuagésima nona de acordo com os dados da tabela 3:

Tabela 3 – Índice de Desenvolvimento Humano

País	Ranking IDH Global	IDH 2013
Noruega	1º	0,944

Austrália	2°	0,933
Suíça	3°	0,917
Países Baixos	4°	0,915
Estados Unidos	5°	0,914
Alemanha	6°	0,911
Nova Zelândia	7°	0,910
Canadá	8°	0,902
Singapura	9°	0,901
Dinamarca	10°	0,900
Japão	17°	0,890
Brasil	79°	0,744

Fonte: PNUD, 2015.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Gestão democrática e intercâmbio cultural são termos bastante abrangentes e nos reforçam a ideia de que conhecimento democrático e interdisciplinar são basilares na construção da sociedade do conhecimento.

Sair do isolamento político, econômico, social e ambiental é um fator determinante que interfere direta e indiretamente no processo de continuidade e sobrevivência de todos que fazem parte do ecossistema global.

A escassez de conhecimentos e técnicas que nos permitam enfrentar as adversidades e as mudanças inevitáveis que nos são impostas por fenômenos naturais e evolutivos podem provocar a extinção de entidades, organismos e até de civilizações.

Segundo Georgescu-Roegen (2012, p. 79), “Civilizações notáveis, como a dos maias, desapareceram da história porque seus povos foram incapazes de emigrar ou de compensar a deterioração de seu meio ambiente por um progresso técnico adequado”.

Os extremos devem ser monitorados. Não é democrático perceber que enquanto milhões padecem de insegurança alimentar no planeta, outros esbanjam e desperdiçam diante de um consumismo desenfreado. Sharma (2011) se refere a Mahatma Gandhi para enaltecer a importância do ser, diante do acúmulo de riquezas, destacando a necessidade da sustentabilidade ambiental:

A resposta está no que Mahatma Gandhi nos falou. Ele disse que a Terra tem suficiente para a *necessidade* de cada um, mas não para a *ganância*. Ele também nos disse que se faz necessário um sistema de produção *pelos* massas e não *para* as massas (SHARMA, 2011, p. 229).

A gestão democrática e a troca de conhecimentos nos conduzem a todos, individual ou coletivamente, a uma sociedade onde as novas descobertas possam ser compartilhadas em benefício de todas as gerações presentes e futuras: a sociedade do conhecimento.

REFERÊNCIAS

ABREU, Bernardino da Cunha Freitas. **Oliveira Lima: um olhar brasileiro no Japão.**

2008. 207 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Disponível em: <http://www.bdtd.uerj.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=745>.

Acesso em: 15 nov. 2015.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho:** ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 1999.

BANCO Mundial. **Indicadores.** Disponível em: <<http://data.worldbank.org/indicador>>.

Acesso em: 25 nov. 2015.

BENEDICT, Ruth. **O Crisântemo e a espada.** 3. ed. São Paulo. Perspectiva, 2007.

CIÊNCIA SEM FRONTEIRAS. **Plataforma compartilha experiências do Ciência sem Fronteiras.** Notícias 2015. Disponível em:

<<http://www.cienciasemfronteiras.gov.br/web/csf>>. Acesso em: 9 out. 2015.

CUNHA, Euclides da. **Os sertões.** Volume I. Fundação Biblioteca Nacional. São Paulo, 1901. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bn000153.pdf>>.

Acesso em: 4 out. 2015.

DALMOLIN IS, et al. **Intercâmbio acadêmico cultural internacional:** uma experiência de crescimento pessoal e científico. Rev Bras Enferm, Brasília 2013 mai-jun; 66(3): 442-7.

Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/reben/v66n3/a21v66n3.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2015.

GEORGESCU-ROEGEN, Nicholas. **O Decrescimento:** entropia, ecologia, economia. Apresentação e organização: Jacques Grinevald, Ivo Rens; tradução: Maria José Perillo Isaac. São Paulo: Editora Senac. São Paulo, 2012.

HARGREAVES, Andy. **Mudança pedagógica e educacional para sociedades do conhecimento sustentáveis.** Educação comparada: panorama internacional e perspectivas;

volume um / organizado por Robert Cowen, Andreas M. Kazamias e Elaine Ulterhalter. – Brasília: UNESCO, CAPES, 2012. 2v.

FRIGOTO, Gaudêncio. **A educação como campo social de disputa hegemônica.** Rio de Janeiro, maio de 1995.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria. **Educar o trabalhador cidadão produtivo ou o ser humano emancipado?.** Trabalho, Educação e Saúde, 1(1): 45-60, 2003.

Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/tes/v1n1/05.pdf>>. Acesso em: 09 out. 2015.

LANDES, David S. **A riqueza e a pobreza das nações:** por que algumas são tão ricas e outras tão pobres. Tradução Álvaro Cabral. 8. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

LÉVY, Pierre. **As Tecnologias da Inteligência:** o futuro do pensamento na era da informática. 2. Ed. São Paulo: Editora 34 LTDA., 2010.

LOURENÇO FILHO, M. B. **Educação comparada.** Organização Ruy Lourenço Filho, Carlos Monarcha - 3. ed. – Brasília: MEC/Inep, 2004. 250p.

MINISTÉRIO do Meio Ambiente. **A3P- Agenda Ambiental na Administração Pública.**

5.ed. Brasília, 2009. Disponível em:

<http://www.mma.gov.br/estruturas/a3p/_arquivos/cartilha_a3p_36.pdf>. Acesso em: 8 out. 2015.

MURASSE, Celina Midori. **História comparada da educação pública:** Brasil e Japão no século XIX. - 1993. Disponível em:

<<http://www2.faced.ufu.br/columhe06/anais/arquivos/579CelinaMidori.pdf>>. Acesso em: 19 nov. 2015.

NETO, Antônio Cabral; CASTRO, Alda Maria Duarte Araújo. **Gestão escolar em instituições de ensino médio:** entre a gestão democrática e a gerencial. Educ. Soc.,

Campinas, v. 32, n. 116, p. 745-770, jul.-set. 2011. Disponível em:

<<http://www.scielo.br/pdf/es/v32n116/a08v32n116.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2015.

PROGRAMA das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). **Ranking IDH Global 2013**. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/atlas/ranking/Ranking-IDH-Global-2013.aspx>>. Acesso em: 24 nov. 2015.

SASAKI, Elisa. **A imigração para o Japão**. Estudos avançados. 2006, vol. 20, n.57, pp. 99-117. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v20n57/a09v2057.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2015.

SAVELLE, Max (Coord.). **História da civilização mundial**. Os tempos modernos. Belo Horizonte: Villa Rica, 1990. v. 3.

SHARMA. Devinder. **Você tem que se decidir: a árvore ou o PIB?**. Cad. CRH. 2011, vol. 24, n. 61, pp.225-231. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ccrh/v24n61/17.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2015.